MULTICIÊNCIA ONLINE @2016
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus Santiago
ISSN 2448-4148

A bancada evangélica e as diferentes configurações familiares: a (des)ordem do discurso

Leonardo Senna[1]; Fernando Enrique Freitas Dimer[2]; Fernanda Bellé Barichello[3]

[1]Graduando em Psicologia – UFSM, http://site.ufsm.br; leonardosenna.psi@gmail.com
[2]Graduando em Psicologia – UFSM, http://site.ufsm.br; fernandodimer@hotmail.com
[3]Docente na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Santiago, http://www1.urisantiago.br/; nandabarichello@gmail.com, "autor indicado para correspondência"

Resumo

O presente artigo foi realizado a partir de uma pesquisa exploratória de textos transmitidos pelo site de notícias *Gospelmais*, do qual foram retiradas as matérias sobre o posicionamento de parlamentares da bancada evangélica no que tange à discussão referente à(s) família(s), além da análise de recortes feitos do Projeto de Lei (PL) 6583/2013, que trata do Estatuto da Família. Para isso, foram selecionadas passagens dessas falas e empregada a opção teórica da Análise de Discurso (AD) que recai sobre a linha francesa, a qual tem como seu precursor Michel Pêcheux. Pretendeu-se compreender, dentre tantos possíveis, com tudo o que há no campo do possível e na memória do dizer, como o discurso apresenta esses arranjos e não outros, em relação às diferentes configurações familiares, que diferem da "Família Tradicional Brasileira". Com estratégias e ambições políticas, está sua (des)ordem do discurso, a qual apresenta regularidades e consonâncias nos âmbitos em que circula. No jogo de diferença e repetição, do diferente e do mesmo, é nítida a opção discursiva evangélica: mudar, reordenar e reagrupar elementos a fim de que tudo permaneça como está, como se pudesse cristalizar a realidade e o discurso, como se não houvesse rupturas e irregularidades, como se a criação e a criatividade não estivessem no campo do possível.

Palavras-chave: Análise de Discurso. Bancada evangélica. Configurações familiares.

ISSN 2448-4148

The gospel parliamentary and the different shapes of family: an oration (dis)order.

Abstract

This article was performed from an exploratory research on the texts transmitted by the website news Gospelmais, from it was taken the materials about the gospel parliamentary sight upon their discussion on families, besides the analysis from some parts of the Law Project(LP) 6583/2013, which is about Family Consitution. For that were selected some lines from all the material and used the theoretical option of Speech Analysis(SA) which lies on the French line, where Michel Pêcheux is the precursor. The intention was understand, above all the possible circunstances, how the oration presents this arrangements and not the others, with this distinct shapes of family that collides with the "Brazilian Tradicional Family". Withal strategies and political ambitions, presents the oration dis(order), responsable to exhibit the regularities and agreement on the circulating levels. Inside the game repeat and dinstinction, the same and the different, the gospel option is marked: change, reorder e regroup all the elements so that everything ramains equaly, as if it could changeless the reality and the discourse, as breaks and inequality does not exist, as the criation and the creativity were a possible task.

Key-Words: Gospel parliamentary. Shapes of family. Speech Analysis.

Introdução

É sabido que a primeira socialização da criança ocorre na família, a qual é carregada de cultura, costumes, manias, valores, regras e modos de ver e viver no mundo, logo depois insere-se em outros convívios também regulares e contínuos, a escola e demais instituições entram nessa cena como precursoras da segunda

ISSN 2448-4148

socialização. Segundo Ferrari & Kaloustian (2011, p. 11), “a família brasileira, em meio a discussões sobre sua desagregação ou enfraquecimento, está presente e permanece enquanto espaço privilegiado de socialização, de práticas de tolerância e divisão de responsabilidades”. É imperativo salientar a pluralidade de famílias que podem existir nesse contexto, tendo como visão a multiplicidade étnico-cultural que sustenta a composição demográfica brasileira. O cerne do entendimento é discutido de modo a apresentar antecedentes históricos sobre a discussão da necessidade de manter a chamada “Família Tradicional Brasileira”, personagem principal da defesa da bancada conservadora. Neder (2011), explica que a formação da nacionalidade e da cidadania teve de levar em conta a massa de ex-escravos e de miscigenados de origem africana e indígena. Ou seja, são essas as diferenças étnico-culturais com relação às famílias-padrão, tomada como base a família tradicional, patriarcal, extensa, de origem ibérica, a qual quer, então, o modelo “higiênico” e moralista da família burguesa de inspiração vitoriana, que conviveu e convive com as outras famílias. Segundo Kehl (2003), a família vem mudando suas configurações e a sociedade vem indicando isso em seu modo de ver e falar sobre o assunto. Além disso, os estudos demográficos indicam a tendência de afastamento em relação ao padrão, o qual a classe média brasileira adotou como ideal. “A frase: ‘a família não é mais a mesma’, indica que avaliamos a família em comparação a um modelo de família idealizado, que correspondeu às necessidades da sociedade burguesa emergente em meados do século XIX.” (KEHL 2003, p. 164). Dessa forma, sempre que se pensa em família ainda vem à mente o modelo convencional, ou seja, um homem e uma mulher unidos pela consagração do casamento e com o dever de gerar filhos. No entanto, não se pode mais negar a existência de diversas outras configurações e entrelaçamentos entre pessoas com o desejo de constituir família. A questão que está em cheque é jurídica e moral. Jurídica quando e conforme Dias (2015), apresenta:

> [...] a constituição viu a necessidade de reconhecer a existência de outras entidades familiares, além das constituídas pelo casamento. Assim,

ISSN 2448-4148

> enlaçou no conceito de família e emprestou especial proteção à união estável (CF 226 § 3, º) e à comunidade formada por qualquer dos pais com seus descendentes (CF 226 § 4, º), que passou a ser chamada de família monoparental. (DIAS 2015, p.131).

Além disso, o Código Civil institui, no Art. 1.723: "É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família. Desse modo, ante a possibilidade de interpretação em sentido preconceituoso ou discriminatório do artigo referido anteriormente, não resolúvel à luz dele próprio, foi necessária a utilização da técnica de "Interpretação" pelo Supremo Tribunal Federal (STF), conforme à Constituição. Isso para excluir do dispositivo em causa qualquer significado que impeça o reconhecimento da união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como família. Reconhecimento que deve ser feito de acordo as mesmas regras e com as mesmas consequências da união estável heteroafetiva, segundo o (STF), sob o número 1319703.

Além disso, moralizante quando a igreja desenvolve estratégias para a família, segundo Neder (2011), a igreja apresentou as primeiras estratégias a serem desenvolvidas no Brasil, a autora ainda conta que, a partir das *Santas Casas de Misericórdia*, estruturadas primeiramente pelo absolutismo português e perdurando durante todo o período do império, quando a igreja estava intimamente ligada ao Estado, os setores católicos foram os mais aptos a preencher as lacunas pela nova ordem de governo, na época o republicano. Neder (2011) traz no contexto histórico o seguinte enlaçamento.

> Desse modo, o surgimento da assistência social no país esteve intimamente ligado à igreja, tendo inclusive a designação de Serviço Social (social no sentido católico), com suas atividades desenvolvidas por mulheres. Esta é a razão pela qual, seja com o conservadorismo clerical (na conjuntura da primeira metade do século), seja com a teologia da libertação (na conjuntura atual), o tema família tem recebido um tratamento religioso, com fortes conotações europeizadas, calcadas na

ISSN 2448-4148

> ideia de *família-padrão,* higienizada e patriarcal, com presença marcante do moralismo e do controle sexual típicos da matriz ideológica. (NEDER 2011, p.34).

Outro ponto emblemático é o constante controle da sexualidade que a igreja sempre promoveu como forma de garantir que homens e mulheres seguissem as ordens divinas e formassem união com o intuito de procriação. Nesse sentido que argumentos cientificistas entram em ação para tentar mostrar que biologicamente a união entre homens ou entre mulheres estaria contrariando a "ordem natural das coisas". Para isso foi necessário sempre se buscar formas de controlar e saber sobre a sexualidade das pessoas, Foucault (2010) indica que:

> Se as pessoas vão tanto ao psiquiatra, ao psicanalista, ao sexólogo, para enunciar a questão da sexualidade, revelar o que é sua sexualidade, é porque há em toda parte, na propaganda, nos livros, nos romances, no cinema, todos os mecanismos de apelo que remetem o indivíduo, desse enunciado cotidiano da sexualidade, à revelação institucional e custosa da sua sexualidade. (FOUCAULT 2010, p.146).

Uma das instituições mais atuantes tanto na repressão quanto no controle das sexualidades, historicamente, foi o cristianismo. O cristianismo, desde tempos remotos, teve papel preponderante na história brasileira. O Brasil sempre foi (a partir dos colonizadores, que impuseram seu capital cultural ao país e aos povos subjugados) cristão. Ao longo da história, inclusive, a separação entre Estado e Igreja nunca foi cristalina, esse entrelaçamento, esse entrecruzamento foi uma constante.

A maioria cristã, na história moderna nacional, foi e continua sendo absoluta. Qualquer político com esperanças eleitorais, ainda hoje, tem calafrios ao sonhar que pode transparecer um certo ateísmo (para isso costumam ir, convenientemente, a igrejas em datas ainda mais convenientes). No entanto, a configuração, a distribuição dos cristãos vem paulatinamente mudando. O Censo de 2010 revelou que os católicos passaram de quase 83% da população em 1980

ISSN 2448-4148

para 64,6%, enquanto os evangélicos cresceram de 15,4% em 2000 para 22,2% em 2010, o que representa, aproximadamente, 42,3 milhões de pessoas.

Diferentemente da católica, as igrejas evangélicas são um grupo multiforme e dividido em três grandes categorias: as protestantes históricas (Luterana, Presbiteriana, Anglicana, etc.), as pentecostais (Assembleia de Deus, Evangelho Quadrangular, Deus é Amor, etc.) e as neopentecostais (Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça de Deus, Renascer em Cristo, etc.) Basicamente, o pentecostalismo (e essencialmente o neopentecostalismo) distinguem-se do protestantismo histórico por pregar a crença na contemporaneidade dos dons do espírito, entre os quais se destacam o dom de línguas (glossolalia), cura e discernimento de espíritos e por defender a retomada de crenças e práticas do cristianismo primitivo, como a cura de enfermos, a expulsão de demônios, a concessão divina de bênçãos e a realização de milagres.

O neopentecostalismo é um fenômeno urbano crescente. Caracteriza-se, basicamente, por dar uma especial ênfase à teologia da prosperidade, originária dos Estados Unidos, a qual defende que o cristão deve ser próspero, feliz e vitorioso em sua vida terrena. Para tal, estabelece-se uma espécie de contrato com Deus, em que quanto mais se doa, para a igreja obviamente, mais se recebe. A prosperidade econômica é vista como sinal da graça divina. Além disso, outra grande característica dessas igrejas é o uso intensivo da mídia. Proliferaram-se programas em que aparecem testemunhos, milagres e mecanismos que permitem a expansão dessas igrejas.

Segundo a jornalista Magali do Nascimento Cunha, professora de pós-graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo, pesquisadora dedicada ao universo evangélico brasileiro, numa entrevista recente ao site de notícias *Gospelmais,* em 27 de maio de 2016, comentou sobre as ambições do movimento em termos de influência e representatividade social

ISSN 2448-4148

dizendo que: “O marco é o ano de 1986, quando se forma o Congresso Nacional Constituinte. Na formação desse Congresso aconteceu a formação da primeira bancada evangélica. As igrejas evangélicas, tradicionais e mais novas, quiseram estar lá, participar para ter um papel na nova Constituição, marcar posições. É desse momento também uma política que distribuiu emissoras de rádio e TV.” É possível observar, nesse tocante, que a bancada cresce muito e os projetos políticos ganham notoriedade. As duas igrejas, a tradicional, Assembleia de Deus e a Universal do Reino de Deus, têm forte associação com a mídia. Essas duas igrejas se diferenciam das demais porque têm projeto político e projeto de ocupação de esferas públicas”.

De uma forma geral, os evangélicos se dedicam ao rádio exclusivamente para a programação religiosa. Já nos canais de TV, existem algumas divisões. Segundo a pesquisadora, as igrejas compram horários, ao longo do dia e da madrugada. Esses horários são ocupados por cultos e por programas de auditório ou de aconselhamento. A programação da rede CNT foi quase toda comprada, assim como a da TV Gazeta e parte da TV Bandeirantes.

Destaca-se, desse modo, a Igreja Universal do Reino de Deus, que distribui programação em uma série de canais, assim como a Rede [Internacional de Televisão] (RIT) e a Igreja [Mundial] do Poder de Deus também têm muitos horários. O público desses programas é mais diversificado que o conjunto de fiéis daquela igreja; são evangélicos, católicos, gente sem religião confessa, que assiste e se sente beneficiada pelo programa, independentemente da fé e da confissão, interessa-se pelo conteúdo e pelas propostas. Exemplo disso é o programa “Escola do Amor”, da filha de Edir Macedo, o qual é transmitido pela Record, que apesar de pertencer a Edir Macedo, sempre se colocou como uma emissora laica, não religiosa, e, de fato, a Igreja Universal compra os horários na grade da Record.

A exceção é o “Escola do Amor”, com Cristiane e Renato Cardoso, filha e genro de Macedo, que apresentam um programa na emissora, o qual possui forte

ISSN 2448-4148

orientação religiosa, afinadíssimo com a Igreja Universal, mas que nem por isso deixa de se apresentar como um programa comum da grade da Record. É um programa que tem uma audiência muito alta e trata de um assunto que ninguém trata, nem as emissoras seculares e nem as religiosas, que é a relação do casal, o casamento, as crises, os planos. É possível perceber ali um casal bonito, moderno, com dicas contemporâneas, nada arcaicas. Eles dizem para as pessoas saírem, se divertirem, investirem, serem felizes. No entanto, o patriarcado está também evidenciado, pois o homem é o chefe da família, a família é a mais tradicional possível e isso tem um apelo recorrente. Dessa maneira, é possível entender que a mídia sempre teve um lugar estratégico para esses grupos.

Assim sendo, o adiantamento de recompensas de um plano celestial para um plano terrestre somado à midiatização massiva explicam, de alguma maneira e em partes, o vertiginoso crescimento dessas igrejas. Não obstante, o avanço evangélico se dá nos mais diversos âmbitos, inclusive virtuais. Há uma rede social cristã que cresce no número de adeptos: o Faceglória (que está sendo processado pelo Facebook por plágio e já passou por outra polêmica ao não permitir fotos de beijos homossexuais).

Além disso, almejam um Estado que corresponda às expectativas religiosas, que vise à garantia da família tradicional. A já famosa bancada evangélica tem agenda consolidada, um número crescente de parlamentares, uma atuação estrondosa, barulhenta e, agora, o recentemente cassado ex-Presidente da Câmara Eduardo Cunha (cassado com 450 votos a favor, 10 votos contrários e 9 abstenções em 12/9/16), que garantiu, em 2015, isenção fiscal a igrejas com a anulação de autuações fiscais que passam dos 300 milhões de reais.

Nesse tocante, a movimentação religiosa e política dos parlamentares evangélicos atravessa a discussão sobre as diferentes configurações familiares no Brasil. A tentativa de compreender um pouco mais, mas não em definitivo, esses movimentos, barreiras, impedimentos, cisões, laços e diversas outras

ISSN 2448-4148

possibilidades de relações, entre o mote evangélico e as famílias no país, pode ser guiado pelo discurso, ou seja, quando tratamos o discurso como palavra em movimento, com a ideia de curso, de percurso, de prática da linguagem, assim, “com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (Orlandi, 2015).

A teoria da Análise do Discurso (AD) é proposta por Michel Pêcheux no final dos anos 60, período esse em que era pesquisador da École Normale Supérieure em Paris, França. Nessa época, segundo (Brasil, 2011), as discussões sobre língua e linguagem divergiam de seu pensar, nesse período tinha-se em foco o estruturalismo (com a negação do sujeito e da situação) e a gramática gerativa transformacional (GGT), proposta por Noam Chomsky (valor biológico à linguagem) ocupavam um espaço significativo de discussão em relação aos estudos da linguagem. A análise de discurso surge, então, com a discussão de questões que advogam contra o formalismo hermético da linguagem, questionando a negação da exterioridade.

Além disso, a linguagem não é mais concebida como apenas um sistema de regras formais com os estudos discursivos, é pensada em sua prática, atribuindo valor ao trabalho com o simbólico, com a divisão política dos sentidos, visto que o sentido tem movimento e não é estável. A frase deixa de ser o objeto de apreciação e passa a ser o discurso, uma vez que a apreciação palavra por palavra na interpretação, como uma sequência fechada em si mesma, não é suficiente, é necessário, desse modo, olhar para o exterior e principalmente para os atravessamentos e relações entre os interlocutores. Desse maneira, esse tipo de estudo pode conhecer melhor aquilo que faz o homem um ser dotado de especialidades, com sua capacidade de significar e significar-se. Seguindo Eni Orlandi, podemos indicar que:

> A análise do discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele

ISSN 2448-4148

> vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana. (ORLANDI 2015, p.13).

Além disso, a Análise de Discurso se constituiu no espaço de questões criadas pela relação entre três domínios, a saber: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. A linguística vem pela afirmação da não-transparência da linguagem, ela tem seu objeto próprio, a língua, e esta tem sua ordem própria. A Análise do Discurso pressupõe também o legado do materialismo histórico, ou seja, o de que há um real da história de tal maneira que o homem faz história mas esta também não lhe é transparente. Quando se reúne estrutura e acontecimento a forma material é vista como o acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história. A Psicanálise contribui com o deslocamento da noção de homem para a de sujeito. Este, em seu turno, constitui-se na relação com o simbólico na história.

Essas filiações teóricas são esclarecimentos importantes para seguir o norte proposto e oferecer material para o entendimento de como o sujeito, a história, a linguagem e a ideologia conversam e se atravessam.

É importante, de início, dizer que a ideologia faz parte e é condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer. (ORLANDI 2015, p.44). A mesma autora segue:

> Quando a ideologia e o inconsciente são estruturas-funcionamento, diz-se que a característica comum é a de dissimular a existência no interior do seu próprio funcionamento, produzindo um tecido de evidências "subjetivas", entendendo-se "subjetivas como" "que afetam" o sujeito mas mais fortemente, como "nas quais se constitui o sujeito". Daí a necessidade de uma teoria materialista do discurso, uma teoria não subjetivista da subjetividade, em que se possa trabalhar esse efeito de evidências dos sujeitos e também a dos sentidos. (ORLANDI 2015, p.44).

Tratando-se de evidência de sentido, aquela que faz com que uma palavra designe alguma coisa, ela é apagada em seu caráter material, ou seja, faz parecer

ISSN 2448-4148

como transparente aquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas. Desse modo, a evidência do sujeito apaga o fato de que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia. A ideologia aparece então não como ocultação mas função da relação necessária entre linguagem e mundo. Dessa maneira que o sentido é uma relação determinada do sujeito, o qual é afetado pela língua e pela história. Sendo a interpretação que realiza essa relação e oferecendo essa como uma marca da subjetivação. De acordo com Orlandi (2015), “Não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados”.

Ademais, Pêcheux (1988 apud BRASIL, 2011, p.174) afirma que a posição-sujeito configura-se como um objeto imaginário que ocupa seu espaço no processo discursivo. Desta forma o sujeito não é um, mas comporta distintas posições-sujeito, variantes conforme as formações discursivas e ideológicas em que o sujeito se inscreve, ou seja, faz parte do descentramento do sujeito falar-se em posições-sujeito. O sujeito se constitui em posições-sujeito.

Segundo Brasil (2011), o objeto histórico-ideológico, o discurso, é produzido de maneira social através da língua como base material. Por tratar-se de uma produção social, suas regularidades somente são apreendidas com a análise do processo de sua produção, jamais de seus produtos uma vez mais, pois é dispersão de textos, de sujeitos e de sentidos e seu funcionamento advém da própria noção de linguagem. É no discurso que se observa a determinação histórica dos sentidos, uma vez que não se trata de cronologia e sim da maneira como os sentidos são inscritos na história, como são formulados, constituídos e o modo de sua circulação. Seguindo a autora: “Pensar a palavra discurso é pensar, inevitavelmente, em política, em discurso político, ou seja, os pronunciamentos praticados por autoridades políticas, cuja fala é perpassada por um vocabulário regular em estilo e forma”. (BRASIL 2011, p.175).

A noção de discurso para a análise discursiva implica, necessariamente, uma ruptura, um distanciamento do senso comum e de algumas ideias correntes

ISSN 2448-4148

na teoria da comunicação, por exemplo, na qual ele é tido como transmissão de informação entre interlocutores, como simples decodificação de dados. Em seu curso, em seu processo, é ele o próprio objeto no qual estão justapostos história, ideologia e sujeito e no qual não se observa linearidade nem sequência pré-estabelecida.

Sendo, assim, o discurso objeto de análise a partir do qual se podem jogar novas luzes sobre o que outrora permanecia oculto, torna-se fundamental analisar, enfim, o discurso sobre o qual se erige o projeto normativo da bancada evangélica no que tange à família e suas configurações, seus possíveis reconhecimentos e direitos.

Para tanto, foi utilizado como referência o PL 6583/2013, que tramita para aprovação no senado com o objetivo de instituir o "*Estatuto da Família*", assim como reportagens encontradas no site de notícias *Gospelmais,* no viés da percepção dos integrantes da bancada evangélica em relação às configurações familiares.

Discussão e Resultados

PL 6583/2013

Art. 2º *Para os fins desta Lei, define-se entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre um* ***homem e uma mulher****, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.*

Para que se estabeleça uma análise discursiva, para que os efeitos de sentido sejam explicitados, é necessário lançar o olhar para a relação entre o interdiscurso e o intradiscurso nos pontos em que estes se entrelaçam. Nas palavras de Caregnato e Mutti:

> O interdiscurso significa os saberes constituídos na memória do dizer; sentidos do que é dizível e circula na sociedade; saberes que existem antes do sujeito; saberes pré-construídos constituídos pela construção

ISSN 2448-4148

> coletiva. O intradiscurso é a materialidade (fala), ou seja, a formulação do texto; o fio do discurso; a linearização do discurso. (CAREGNATO E MUTTI 2006, p.681).

Posto isso, o intradiscurso se caracteriza por sua formalidade, por seu texto em forma de lei, de norma, bem como da utilização do léxico jurídico, o que lhe concede uma determinada sobriedade, uma certa seriedade na colocação das palavras.

Relaciona-se, então, a formalidade intradiscursiva com o interdiscurso: a memória do dizível, tudo aquilo que já se enunciou sobre as leis, sobre o Estado, sobre a família, sobre o casamento e os relacionamentos. Para que o sentido se produza, é preciso que ele se relacione com a história, com aquilo que já teve sentido para que possa produzir o mesmo efeito. Assim sendo, todos os dizeres pré-existentes sobre esses temas fazem-se também presentes, significando e se relacionando com as experiências que o interlocutor tem com eles e seus possíveis efeitos. É a história inscrevendo-se na língua.

Merece especial menção, ademais, o esquecimento, mais precisamente da ordem da enunciação. No dito, está presente o não-dito e o que poderia ter sido dito; diz-se de uma maneira e não de outra. Embora haja produções intelectuais mais modernas que ampliam o conceito de família e são muito mais inclusivas, ali, elas brilham por sua ausência. Como demonstra Dias (2015), algumas possibilidades de formações familiares estão crescendo, destacando as famílias: Paralelas ou simultâneas, homoafetivas, poliafetivas, monoparental, parental ou anaparental, composta, pluriparental ou mosaico, natural, extensa ou ampliada, substituta, eudemonista e outros formatos que ainda não se deu nomeação. O modo de entender a família é plural e está baseado no afeto.

Não é casualidade que a fórmula descrita seja homem + mulher, somente e apenas. A exclusão da diversidade familiar em favor de um modelo ideal de família, bíblica, secular, no texto que serve como normativa nacional, termina naturalizando o modelo de família, tornando-o o único possível, e,

ISSN 2448-4148

consequentemente, criando uma capa de invisibilidade a todos os demais, além de negar-lhes os seus direitos. É o que confirma o artigo subsequente:

Art. 3º *É obrigação do Estado, da sociedade e do Poder Público em todos os níveis assegurar à entidade familiar a efetivação do direito à saúde, à alimentação, educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania e à convivência comunitária.*

Em um princípio, em seu intradiscurso, o texto se mostra com um referencial justo, democrático, de garantia aos direitos fundamentais das pessoas em geral. No entanto, é justamente nesse ponto e em sua relação com a exterioridade que se localizam caracteres perversos. É garantido amparo estatal a todas as famílias, sempre e quando elas se enquadrarem no modelo excludente do artigo 2º.

Qual seria, então, essa relação com a exterioridade, com as condições de produção? Primeiramente, com o contexto imediato, de legisladores que propõem novas leis, com a frágil democracia representativa brasileira e tanto com as populações contempladas pelo projeto de lei como com aquelas que foram excluídas, deixadas à margem. São mais de 60 mil casais homossexuais que têm seu reconhecimento e seus direitos brutalmente negados (segundo o Censo 2010).

Já a outra relação, com o contexto mais amplo, sócio-histórico, aponta para um país colonizado por cristãos no qual a homossexualidade foi ferozmente reprimida e ocultada pela via da força, tendo alguns pequenos avanços (como a união estável, permitida pelo STF em 2011) apenas nas últimas décadas.

Por último, é importante verificar a coerção exercida em forma jurídica, com pontos importantes como esses sendo colocados como obrigação do Estado e ao mesmo tempo como forma de exclusão. Nesse sentido que o *biopoder* é exercido nos estados modernos como forma de regulação dos que a ele estão sujeitos,

ISSN 2448-4148

fazendo isso por meio de técnicas numerosas e diversas para obter a subjugação dos corpos e o controle de populações. Desse modo, Foucault (1985) indica que:

> Fazer sobressair o fato da dominação no seu íntimo e em sua brutalidade e a partir daí mostrar não só como o direito é, de modo geral, o instrumento dessa dominação – o que é consenso – mas também como, até que ponto e sob que forma o direito (e quando digo direito não penso simplesmente na lei, mas no conjunto de aparelhos, instituições e regulamentos que aplicam o direito) põe em prática, veicula relações que não são relações de soberania e sim de dominação. Por dominação eu não entendo o fato de uma dominação global de um sobre outros, ou de um grupo sobre outro, mas as múltiplas formas de dominação que podem se exercer na sociedade. (FOUCAULT, 1985, p. 181).

Ademais, foram retirados alguns recortes do site de notícias *Gospelmais, d*os quais são apresentados trechos e a análise é feita a partir dos mesmos. A manchete no site é apresentada da seguinte forma:

[Bancada evangélica tenta derrubar projeto que inclui casamento gay no conceito de família -18 de novembro de 2014].

E em seguida a seguinte fala de um integrante da bancada evangélica:

“Eu estou colocando no relatório a proibição da adoção [por casais do mesmo sexo]. Se o Artigo 227 (da Constituição Federal) diz que a família é para proteger a criança, como é que dois homens, duas mulheres que são homossexuais que dizem serem pais, querem adotar? Adotar para satisfazer a eles ou a criança? A adoção é para contemplar o direito da criança, não do adotante”, argumenta Fonseca, que integra a bancada evangélica na Câmara.

Em outra fala o parlamentar reitera:

“Não é questão de perseguição, é que na proteção especial do Estado para a família em que está configurada a integridade da família, o Estado não pode simplesmente reconhecer que dois homens querem viver como família. Que história é essa? Dois marmanjos? Qualquer pessoa que se junta agora é família?

ISSN 2448-4148

Se duas mulheres querem fazer sexo, que façam, mas que não busquem a proteção do Estado."

A fala do deputado em questão suscita algumas questões. Primeiramente, em sua localização, se estaria no lugar do mesmo ou do diferente, como paráfrase ou polissemia. É difícil ter exatidão quanto a esse ponto, todo o funcionamento da linguagem se assenta nessa tensão entre dois polos. Entretanto, por sua vocação conservadora, poderia se afirmar que esse discurso é ditado por processos parafrasísticos, isto é, aqueles em que todo dizer há sempre algo que se mantém, uma memória; eles estão do lado da estabilização, da conservação.

Isso pode ser visto na relação que se estabelece, aqui, entre intradiscurso/interdiscurso. Em sua formulação intradiscursiva, o tom de consternação, de indignação (com perguntas grosseiras e de baixíssimo nível) frente às demandas homossexuais de adoção de crianças se relaciona diretamente com alguns elementos do interdiscurso, como a homossexualidade na história e tudo que foi dito sobre ela, a alteridade, as mudanças e suas revoluções. As revoltas, as violências e tudo que moveu, na história, o rompimento com a ordem estabelecida. Ele se coloca, assim, na posição-sujeito de salvador, daquele que garantirá a paz e a ordem, apaziguando os temores que surgem com a sua fala e seu recurso de apelo ao medo. Anuncia a ameaça ao mesmo tempo que a detém, eis o lugar ao que se postula, sem que isso faça parte, entretanto, de suas intenções, mas é determinado pela inscrição da língua e da história em seu discurso.

Ainda assim, no tocante à adoção de crianças, ele desenvolve uma barreira intransponível quando salienta que a adoção é para contemplar o direito da criança, pois os casais heterossexuais têm esse direito garantido e assim já existe um caminho de fácil acesso para ela. No entanto, ele coloca os casais homossexuais como não detentores desse direito, o que inviabilizaria juridicamente a adoção de uma criança mesmo que ela tenha esse direito. Ele se coloca como atuante e alimenta a ideia de proibição, ou seja, utiliza-se de seu

ISSN 2448-4148

poder influente e sabe que tem o apoio de, se não toda a bancada, de sua quase totalidade, para impedir a adoção por casais homossexuais.

A fala a seguir é de Marco Feliciano, integrante da bancada evangélica:

"Quando você estimula uma mulher a ter os mesmos direitos do homem, ela querendo trabalhar, a sua parcela como mãe começa a ficar anulada, e, para que ela não seja mãe, só há uma maneira que se conhece: ou ela não se casa, ou mantém um casamento, um relacionamento com uma pessoa do mesmo sexo, e que vão gozar dos prazeres de uma união e não vão ter filhos. Eu vejo de uma maneira sutil para atingir a família*; quando você estimula as pessoas a liberarem os seus instintos e conviverem com pessoas do mesmo sexo, você destrói a família, cria-se uma sociedade onde só tem homossexuais, você vê que essa sociedade tende a desaparecer porque ela não gera filhos", diz ele em declaração dada em junho de 2012. (Marco Feliciano).*

Podem-se distinguir os discursos principalmente por duas perspectivas: as normas e as instituições nas quais estão filiados, conforme afirma Orlandi (2007 apud Brasil 2011, p. 179). Tem-se, aqui, um discurso político entrelaçado com um discurso religioso, de caráter moralista e que se relaciona com um determinado tipo de moral.

É possível desmembrá-lo ainda em várias outras tipificações, mas como para a Análise de Discurso o importante é o funcionamento de seu objeto, utiliza-se como critério para tipologia seus modos de funcionamento, levando em consideração os elementos constitutivos de suas condições de produção e suas relações com o modo de produção de sentidos com seus efeitos.

Partindo-se dessa tipologia proposta por Orlandi, pode-se afirmar que o discurso do parlamentar se coloca no ponto de contato entre o autoritário e o polêmico, visto que um discurso não se realiza, não se define apenas como autoritário ou polêmico, e sim na concomitância entre esses ou outros tipos.

ISSN 2448-4148

Ele é autoritário porque a polissemia está contida, não há outros efeitos possíveis de sentido quando ele afirma, por exemplo, que "só há uma maneira que se conhece(...)". O referente está apagado pela relação de linguagem que se estabelece, ou melhor, pela ausência de relação que se estabelece com o interlocutor. Não há interlocutor, ou se há, a possibilidade de que este venha a inserir-se no discurso é inexistente, pois o locutor se coloca como agente exclusivo da palavra, da lei e da ordem.

Por agente exclusivo, entenda-se o detentor de saber, aquele que define quais modos de existência são adequados e quais não, como as coisas devem ser, inscrever-se no real a partir da constituição dos sujeitos, como por exemplo em "*quando você estimula as pessoas a liberarem os seus instintos e conviverem com pessoas do mesmo sexo, você destrói a família(...)"*. É como se houvesse uma relação direta entre os sujeitos, seu saber religioso e a realidade, em um mundo idealizado que se limita a repetir o mesmo em detrimento do diferente.

O discurso também é polêmico porque a polissemia é controlada, o locutor luta pelo referente e pela imposição dos sentidos de sua fala. É digno de nota seu esforço por colocar seu discurso e a si mesmo na posição-sujeito de correto, de certo, de moralmente aceitável; pondo, consequentemente, o discordante do outro lado da trincheira, do lado errado, incorreto e condenável.

Isso pode ser percebido pelo apelo à conservação da família, de uma certa ideia de família (a família tradicional mencionada no PL): "*Eu vejo de uma maneira sutil para atingir a* família*(...)",* bem como por sua defesa da sociedade, por sua preocupação e zelo por um determinado tipo de sociedade: "*você vê que essa sociedade tende a desaparecer porque ela não gera filhos".*

Já no que se refere à relação intra/interdiscurso, tem-se o discurso já tipificado (que também se caracteriza por sua vulgaridade) discorrendo sobre a mulher e seu papel, a família e a sociedade. Em sua relação com o interdiscurso, aparece, significando e dando significado, o já dito e o não dito sobre a mulher e a feminilidade, a posição de submissão que ela ocupou ao longo da história devido à

ISSN 2448-4148

dominação masculina e a maternidade, a capacidade de gerar vida. Há todo um apelo à paráfrase, à manutenção de sentido para que a mulher continue sendo a mesma mulher da memória do dizer, aquela que cumpre com sua vocação materna, embora esse sentido já tenha sido deslocado e tenham surgido outras mulheres na polissemia dos outros possíveis.

Em síntese, a paráfrase, essas novas formulações do mesmo dizer sedimentado remetem a uma determinada configuração familiar, uma dentre tantas possíveis que foi historicamente privilegiada, o patriarcado. É por e para ele e sua conservação que o PL foi criado, é a âncora na qual se amparam todas essas formações discursivas.

Considerações Finais

As discussões alimentadas por diferentes visões sobre as famílias e suas configurações foram utilizadas como disparador e objeto de atravessamento no que tange a seus espaços no social, no simbólico e no jurídico, assim como sua visibilidade e reconhecimento.

Toda mudança a alguma ordem, ainda que seja esta simbólica, carrega consigo reações e desdobramentos que surgem no campo social e nele permanecem em constante conflito, conformando relações de força que se chocam e, de suas tensões e embates, fazem surgir novas configurações à mesma ordem que havia sido modificada.

É nesse contexto, de luta por reconhecimento e igualdade de direitos, que a população LGBT vem lutando para se tornar mais visível e é nele que algumas vitórias vêm sendo conquistadas, como o reconhecimento da união estável. É no mesmo contexto que a família-padrão vem se diluindo para dar lugar e espaço a novos possíveis e abranger, assim, a infinidade e pluralidade de formas que podem abrigar uma família e os afetos.

ISSN 2448-4148

Concomitantemente, observa-se uma forte reação conservadora, uma ofensiva ao que pode ser considerado uma ferida à ordem simbólica: o reconhecimento do outro e da alteridade, bem como de novas configurações afetivas e familiares. Esse novo vai de encontro a tradições e saberes milenares, a configurações e modelos arcaicos, como também à exclusividade que detinha o mesmo e sua repetição.

Essa ofensiva possui um rosto visível, a bancada evangélica e suas ações orquestradas para a aprovação de uma agenda reacionária e a consequente negação de direitos a quem está à margem de seu modelo bíblico idealizado. As estratégias de ocupação de espaços na esfera pública não se limitam à política institucional, vão desde a expansão midiática e a compra de faixas cada vez maiores de rádio e televisão até a criação de espaços virtuais exclusivos, resultando em uma popularização e um exercício de poder crescentes.

Congruente a essas estratégias e ambições políticas, está sua (des)ordem do discurso, a qual apresenta regularidades e consonâncias nos âmbitos em que circula. É por isso que foi escolhida a Análise de Discurso como método e opção teórica, pois é a linguagem que faz a mediação entre homem e realidade, é pelo discurso que se tornam possíveis a permanência e a continuidade ou o deslocamento e a transformação do homem e sua realidade. Ele está na base da produção da existência humana; é por meio dele que os sujeitos se constituem e a história se inscreve na língua.

Logo, foi feita a análise discursiva do Projeto de Lei 6583/2013 e de falas de parlamentares para ampliar a compreensão que se tem do fenômeno, para buscar os efeitos de sentido que possibilitam as interpretações e responder algumas perguntas, como: dentre tantos possíveis, com tudo o que há no campo do possível e na memória do dizer, como o discurso apresenta esses arranjos e não outros? Mais do que disponibilizar respostas, buscou-se abrir questões, possibilitar novas e/ou diferentes formas de se encontrar sentidos em sintaxes de organização precária.

ISSN 2448-4148

Posto isso, foi uma constante a percepção de paráfrases, do retorno ao já dito, da memória e da sedimentação de sentidos pré-fabricados. No jogo de diferença e repetição, do diferente e do mesmo, é nítida a opção discursiva evangélica: mudar, reordenar e reagrupar elementos a fim de que tudo permaneça como está, como se pudesse cristalizar a realidade e o discurso, como se não houvesse rupturas e irregularidades, como se a criação e a criatividade não estivessem no campo do possível.

Referências Bibliográficas

BRASIL, L.L. 2011. Michel Pêcheux e a teoria da Análise de Discurso: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. Vol.15, n,01, p. 171-182, jan/jun. UFG/Campus Catalão

CARENATO, R. C. MUTTI R. 2006. Pesquisa Qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. Texto Contexto Enfermagem, Florianópolis, Out-Dez; 15(4): 679-84.

Constituição da República do Brasil. Disponível em: http: //www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/Constituição.htm. Acesso em: 03 de julho de 2016.

DIAS, M. B. 2015. Manual de direito das famílias / Maria Berenice Dias. – 10 ed. ver, atual e ampl. – São Paulo: Editora Revista do Tribunais.

Entrevista com Magali do Nascimento Cunha. Evangélicos querem um Estado que garanta a família tradicional. Por Tiago Chagas -27 de maio de 2016. Disponível em: https://noticias.gospelmais.com.br/pesquisadora-evangelicos-querem-estado-garanta-familia-82983.html. Acesso em: 29 de junho de 2016

FOUCAULT, M. 1985. Soberania e disciplina. Microfísica do poder. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal.

ISSN 2448-4148

_____. 2010. Os anormais: Curso no Collège de France (1974-1975) / Michel Foucault; tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, (Coleção Obras de Michel Foucault)

O neoconservadorismo evangélico. Magali do Nascimento Cunha em 09/09/2014 na edição 815 do site Observatório da Imprensa. Disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/_ed815_o_neoconservadorismo_evangelico/. Acesso em 03 de julho de 2016.

KEHL, M. R. 2003. Em defesa da família tentacular. Disponível em: http://www.mariaritakehl.psc.br/PDF/emdefesadafamiliatentacular.pdf. Acesso em: 04 de julho de 2016.

NUNES, T.D. 2006. O crescimento das igrejas neopentecostais no Brasil: um olhar sobre a política da Igreja Universal Cadernos de Pesquisa do CDHIS — n. 35 — ano 19 — p. 127-132.

ORLANDI, E. P. 2015. Análise de Discurso, Princípios e Procedimentos. 12ª edição, Pontes Editores, Campinas, SP.

Projeto de Lei nº 6583, de 2013, do Sr. Anderson Ferreira, que "dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências", e apensado (PL658313). Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesweb/fichadetramitacaoproposicao=597005. Acesso em 01 de julho de 2016.

ROUDINESCO, E. 2003. A família em desordem / Elisabeth Roudinesco; tradução André Telles. – Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SÍLVIO, M.K. 2011. Família Brasileira, a base de tudo – 10 ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF.